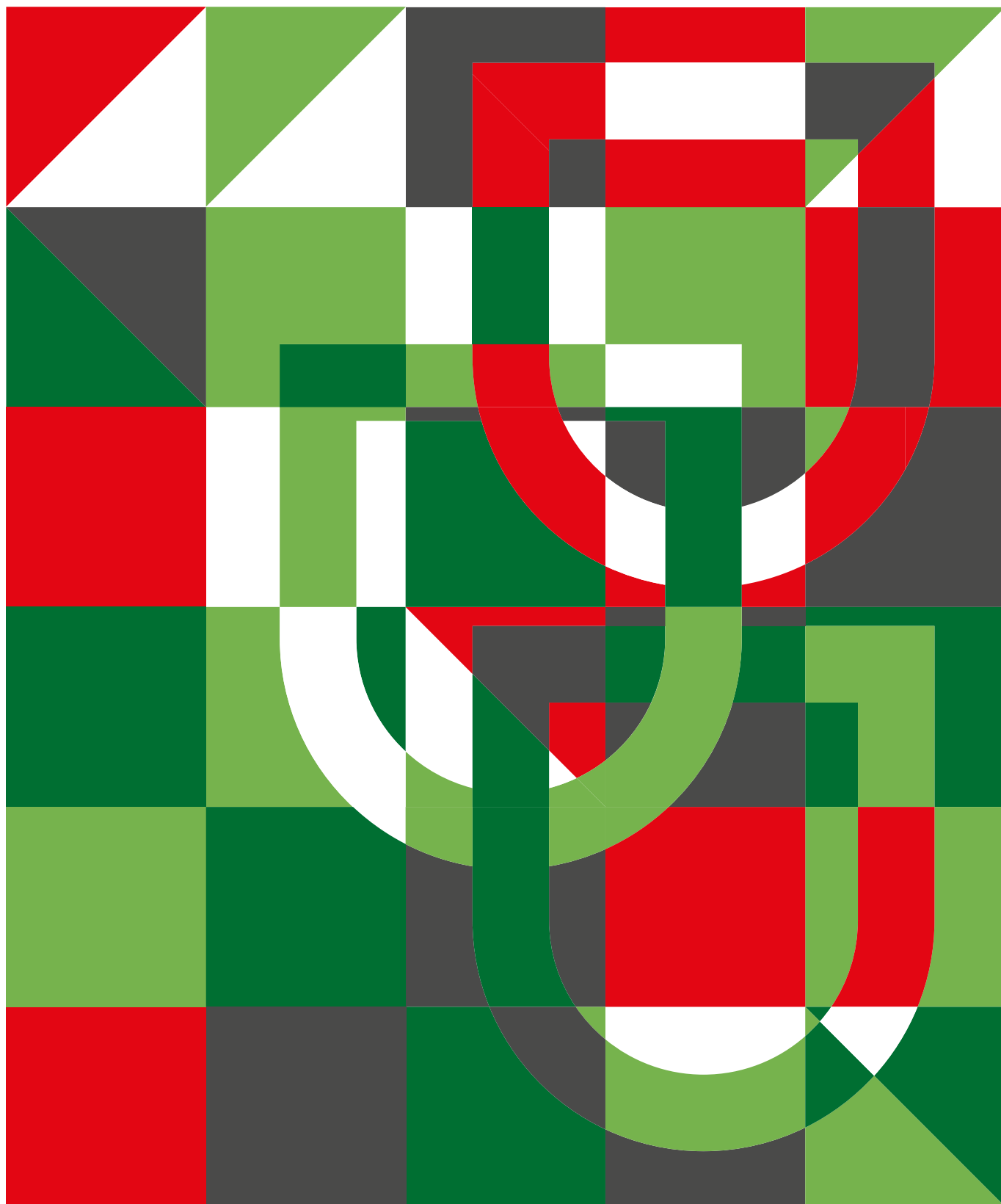




INSTRUMENTO ORIENTADOR DA POLÍTICA PÚBLICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Traça uma visão ambiciosa e geopolítica para responder aos principais desafios no plano internacional e no desenvolvimento sustentável dos países parceiros.

Confere coerência nacional e internacional aos esforços desenvolvidos nesta matéria.

Sendo um documento orientador da intervenção pública nesta matéria, a Estratégia da Cooperação Portuguesa (ECP) 2030 é também promotora de sinergias entre os vários atores públicos, privados e da sociedade civil, convocando os intervenientes no setor para uma mobilização de esforços na sua implementação.

A Estratégia define uma abordagem conceptual, política e operacional para a Cooperação Portuguesa até 2030, estruturada em três partes:

PARTE
01

Enquadramento

Apresenta os desafios e as tendências do desenvolvimento às quais a Cooperação Portuguesa pretende responder, bem como os principais enquadramentos internacionais, europeus e nacionais.

PARTE
02

Quadro de Política

Define os princípios-base de atuação, as prioridades geográficas, para além das setoriais, e as dimensões de atuação.

PARTE
03

Quadro Estratégico de Ação

Estabelece as linhas de atuação para implementar a visão e as prioridades geográficas e setoriais definidas através de três objetivos estratégicos, concretizados em medidas e ações prioritárias.

PARTE **01** ENQUADRAMENTO

Contexto internacional de aceleração das mudanças e interdependências que se têm refletido numa complexificação dos desafios de desenvolvimento:

Efeitos de crises cumulativas e interligadas: crise climática e de sustentabilidade, pandemia de COVID-19 e ameaças à paz

Oportunidade para “reconstruir melhor” e de forma mais sustentável

Importância do reforço da cooperação e solidariedade internacionais, decorrente de interesses e responsabilidades partilhadas

A multidimensionalidade dos desafios de desenvolvimento exige, cada vez mais, ações e políticas integradas e abrangentes.

A ECP 2030 responde aos desafios globais e às dinâmicas internacionais da cooperação nesse contexto.

A Cooperação Portuguesa contribui também, em termos substantivos, para a prossecução de três compromissos políticos chave no plano internacional:

NAÇÕES UNIDAS ROTEIRO MULTILATERAL

AGENDA 2030 PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

AGENDA DE AÇÃO
DE ADIS ABEBA

ACORDO DE PARIS

PARTE 02 QUADRO DE POLÍTICA

Portugal está empenhado em potenciar as suas mais-valias e capacidades para a implementação de uma visão global transformadora e geopolítica, assente na solidariedade e na dignidade humana.

Investir na cooperação internacional e no desenvolvimento é apostar no desenvolvimento sustentável, com um retorno superior ao investimento, que a todos beneficia, e que, por isso, deve estar no centro da atenção dos atores políticos e dos cidadãos.

Constitui um vetor da política externa portuguesa, que complementa e reforça outras vertentes da atuação externa, no plano europeu e multilateral

É um processo de geração de benefícios mútuos para Portugal e para os seus parceiros

Assume-se como uma política de Estado com carácter de continuidade, assente num consenso nacional alargado

MISSÃO

A missão da política de Cooperação Portuguesa consiste na erradicação da pobreza, no combate às desigualdades e na promoção de um desenvolvimento global equitativo, inclusivo e sustentável, assente no respeito pela dignidade humana e sem deixar ninguém para trás.

MARCA DISTINTIVA

A Cooperação Portuguesa centra-se na promoção do desenvolvimento humano, através do investimento nas pessoas – nas suas capacidades, competências, direitos e oportunidades – como fator impulsionador de uma transformação positiva.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

- ✓ O respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais
- ✓ A promoção e consolidação da paz e segurança, da democracia e do Estado de direito
- ✓ A igualdade de género, o empoderamento e direitos das mulheres e meninas
- ✓ A proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas num quadro de promoção da sustentabilidade



Abordagem baseada nas necessidades: atenção especial aos segmentos da população mais vulneráveis

Princípios da Eficácia do Desenvolvimento

PRIORIDADES GEOGRÁFICAS

A política de Cooperação Portuguesa foca-se em graus diferentes de priorização geográfica, segundo princípios de concentração e diferenciação:

PALOP e Timor-Leste

Norte de África
África Ocidental
América Latina

Países Menos Avançados – PMA

Países em situação de fragilidade

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento – SIDS

Países em processo de graduação ou recentemente graduados

PRIORIDADES SETORIAIS

A Cooperação Portuguesa continuará a concretizar a sua ação em três dimensões de atuação:

A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Prioridades setoriais organizadas segundo os “5P” da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e concretizando o contributo da Cooperação Portuguesa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O desenvolvimento humano é o enfoque temático central da cooperação para o desenvolvimento, enquadrando todas as ações a desenvolver nas áreas setoriais.

Eixo transversal: Igualdade de género e empoderamento das mulheres

ODS principal: 5 / ODS complementares: todos os restantes

PESSOAS	Eixo temático 1 Promover o desenvolvimento humano	1A. Educação, ciência e cultura 1B. Saúde	ODS principais 1, 3, 4, 5 ODS complementares 10, 17
	Eixo temático 2 Promover sociedades justas e inclusivas	2A. Desenvolvimento de capacidades (com enfoque nas áreas da justiça, da segurança e defesa, e das finanças) 2B. Proteção social, inclusão social e trabalho digno	ODS principais 1, 5, 8, 10, 16 ODS complementares 2, 4, 17
PAZ	Eixo temático 3 Promover a paz e a ligação segurança-desenvolvimento	3A. Estados em situação de fragilidade	ODS principais 1, 16 ODS complementares 5, 17
PROSPERIDADE	Eixo temático 4 Assegurar um crescimento económico sustentável e inclusivo	4A. Transformação digital	ODS principais 8, 9
		4B. Emprego de qualidade e desenvolvimento do setor privado local	ODS complementares 4, 5, 10, 16, 17
PLANETA	Eixo temático 5 Reforçar a sustentabilidade e a resiliência	5A. Ação climática e transição verde	ODS principais 6, 7, 12, 13, 14, 15
		5B. Oceanos e economia azul	ODS complementares 1, 2, 5, 8, 11, 17
		5C. Biodiversidade	

PARCERIAS



B EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ED)

A atuação portuguesa nesta dimensão promove:

- ▷ A articulação com os principais parceiros europeus e internacionais e também o alargamento do âmbito de atuação da ED a novos espaços geográficos.
- ▷ Uma implementação eficaz, coordenada e coerente da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).

C AÇÃO HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA

A atuação portuguesa nesta dimensão preconiza:

- ▷ Uma abordagem da assistência humanitária baseada nas necessidades das comunidades e países afetados, que respeita plenamente estes princípios humanitários, o direito internacional, os direitos humanos e o direito internacional humanitário.
- ▷ A consolidação da intervenção nacional ao nível da coordenação e coerência entre as diversas estruturas e entidades que intervêm na ação humanitária, através da plena implementação da Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência.

PARTE 03 QUADRO DE AÇÃO

Linhas prioritárias de atuação para implementar a visão e as prioridades geográficas e setoriais:

Medida Transversal. Calendarização de aumento gradual da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

01

Objetivo

Estratégico 1:

Afirmar a centralidade da Cooperação Portuguesa

- 1.1. **Reforçar a relevância e visibilidade da cooperação no seio das políticas públicas**
Promovendo a presença desta temática nas agendas políticas e noutros campos da discussão pública, bem como a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento.
- 1.2. **Alargar o conhecimento, visibilidade e pensamento crítico sobre desenvolvimento e cooperação**
Prosseguindo o enfoque na Educação para o Desenvolvimento, na capacitação das entidades-chave da Cooperação Portuguesa e no alargamento da massa crítica de profissionais qualificados.
- 1.3. **Promover a comunicação para o desenvolvimento e a mobilização da opinião pública**
Dinamizando uma comunicação sistemática que permita dar uma visão abrangente do que é feito nesta área, da sua dimensão e alcance, e da importância dos seus resultados.

02

Objetivo

Estratégico 2:

Reforçar a capacidade de intervenção da Cooperação Portuguesa

- 2.1. **Consolidar as modalidades da cooperação**
Prosseguindo uma abordagem estratégica reforçada e complementar das várias modalidades da cooperação – cooperação bilateral, cooperação multilateral e cooperação triangular – em prol do desenvolvimento global e dos países parceiros.
- 2.2. **Concretizar parcerias a nível da União Europeia (UE)**
Priorizando os temas e geografias do interesse nacional nas discussões sobre políticas e nos exercícios de programação e implementação dos instrumentos de ação externa da UE, reforçando ao mesmo tempo as competências no âmbito da gestão de projetos de cooperação delegada da UE.
- 2.3. **Valorizar os atores nacionais**
Intensificando o envolvimento da multiplicidade de atores que participam na Cooperação Portuguesa, com mais-valias e âmbitos de intervenção diferenciados, designadamente o setor privado, a sociedade civil e a administração local, valorizando igualmente a ação das áreas governativas setoriais.

03

Objetivo

Estratégico 3:

Ampliar a qualidade e eficácia da Cooperação Portuguesa

- 3.1. **Potenciar o dispositivo central da Cooperação Portuguesa**
Fortalecendo o papel e a capacidade institucional e organizacional do Camões, I.P., enquanto agência coordenadora da Cooperação Portuguesa, e reforçando os quadros legislativos e regulamentares para melhor adequação aos objetivos e necessidades específicas do setor.
- 3.2. **Aprofundar a coordenação e concertação**
Promovendo uma coordenação estratégica, estruturada e orientada para os resultados.
- 3.3. **Consolidar a cultura de acompanhamento e avaliação e reporte**
Aprofundando e harmonizando os mecanismos de prestação de contas e de gestão centrada nos resultados, no âmbito do acompanhamento dos programas, projetos e ações de cooperação.
- 3.4. **Sistema de governação, acompanhamento e avaliação da ECP 2030**
Através de uma comissão de acompanhamento sob a égide do MNE, no âmbito do Secretariado Permanente da Comissão Interministerial para a Cooperação, que assegurará a comunicação e consensualização de resultados no contexto do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento.

